

Em 2008, Rio foi o que menos recebeu verbas do Bolsa Família

(Raphael Zarko)

Jornal do Brasil

RIO - Tradicional reduto eleitoral do presidente Lula – no segundo turno das eleições de 2006, quase 70% dos votos foram para Lula contra Alckmin – o estado do Rio de Janeiro é o lanterna entre as 27 unidades da Federação que recebem transferências públicas do Governo Federal - o que inclui o Bolsa Família. O cidadão fluminense recebeu na média mensal, em 2008, pouco mais de R\$ 6 de programas como o Bolsa Família, conclui o O atlas do bolso dos brasileiros, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com o estudo, o estado do Rio recebe menos que a metade de São Paulo e Distrito Federal (respectivamente, R\$ 16,73 e R\$17,83), que estão no topo dos que recebem o benefício do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na comparação com o ano anterior ao da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), o estado ainda caiu uma posição. Da renda total do RJ, apenas 0,79% são originados da categoria Transferências Públicas - ou Bolsa Família. O estudo coordenado pelo economista Marcelo Neri, (CPS-FGV) também separou periferias das nove maiores cidades brasileiras de suas capitais, totalizando 36 unidades no país. A cidade do Rio de Janeiro recebe em média por pessoa R\$ 8,68, valor superior aos R\$ 3,74 da periferia fluminense, que é a última no ranking. O município do Rio ocupa a 26ª colocação, dez à frente da zona periférica analisada pelo estudo.

– Talvez isso se explique pelo fato da população do RJ ser proporcionalmente a mais idosa do país. Mas talvez por um certo problema de gestão, de cadastro, que me parece um pouco bagunçado. É um dinheiro que os pobres do Rio têm que receber. Já estudamos que temos cidades com 44% de taxa de pobreza no estado – diz o economista. Segundo cálculos da equipe do CPS da FGV em cima da Pnad, o estado tem pouco mais de 10% abaixo da linha da pobreza (classe E), de pessoas que ganham em média até R\$ 804, por mês.

O estado brasileiro com menor renda mensal de todas as fontes, o Amapá, foi também o que teve o maior aumento de recebimento de transferências públicas entre 2003 e 2008: 17.442,86% - em valores R\$ 12,28. Outros três estados da Região Norte completam o quadro dos que tiveram maiores saltos de transferências do Governo Federal: Amazonas (661%), Maranhão (540%), Rondônia (408%) e o único nordestino, Alagoas (352%) nos últimos cinco anos.

Na outra ponta, entre os cinco estados que menos recebem renda de transferências governamentais no período de 2003 a 2008: Rio Grande do Sul, com 51,51%; Espírito Santo, 35,97%; Minas Gerais, 77,61%; Acre, 32,45% e Roraima, 96,38%.

Rio “Velho”

Na composição da renda do Rio de Janeiro, destaca-se a participação expressiva de ganhos com Previdência acima do valor do salário mínimo, com 25,35%. Trata-se do único ranking que o estado lidera entre os diferentes tipos de renda. A participação é ainda maior se contarmos apenas com o município (27,22%), também no topo da comparação com outras capitais e periferias do país. A zona periférica fluminense também está bem colocada, com a 4ª colocação e 21,78% de sua renda advinda do piso da Previdência acima do salário mínimo. Para Marcelo Neri, essa proporção se explica pelo fato de o estado ter o maior percentual de idosos dentro de seu estado no país. São mais de 2 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2008), que vivem no Rio de Janeiro.

– Somos um ex-Distrito Federal, com altas pensões e aposentadorias. Temos um pouco a imagem do Rio como uma Flórida brasileira, de gente jovem e bronzada, na praia, mas reflete um pouco a população de Copabana, em sua grande maioria de idosos, do lado da praia e bronzados também – diz Neri, que também não descarta um possível “efeito migração de pessoas que querem morar os últimos anos de sua vida no Rio” – Somos uma Velha Brasília.

Por outro lado, quando a renda do piso Previdência tem valor igual a um salário mínimo, o RJ está na 24ª posição na comparação com as outras unidades da Federação, sendo que corresponde a 2,52% da renda do cidadão fluminense por mês. Já a receita de trabalho (apesar de ser 69% na composição total).